

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

v. 22 n. 128

setembro/outubro 2025

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenador-Geral

Flávio Tartuce

Coordenadores

Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves
Débora Brandão – Fernanda Tartuce – Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini
Arlete Aurelli – Bruno Casagrande – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti
Cesar Calo Peghini – Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero
Ênio Santarelli Zuliani – Eroulths Cortiano Junior – Fredie Didier Junior
Giselda M. F. Novaes Hironaka – Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza
Humberto Theodoro Jr. – José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci
Luciano Martinez – Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo
Maria Helena Diniz – Marília Pedroso Xavier – Maurício Bunazar
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

Colaboradores deste Volume

Aloisio Bolwerk – Ana Maria Scarduelli Gurgel
André Antunes Soares de Camargo – Antonio Carlos Freitas de Medeiros Junior
Carlos Renato Cunha – Daniel Corrêa Marinho – Daniel Dias Peres
Denise Beatriz Fernandes Oliveira – Fernanda Tartuce
Fernando Moreira Freitas da Silva – João Hora Neto – Juliana Mucci Arroyo Maia
Rogério Luiz dos Santos Terra – Rosa Galvão – Vicente de Paula Ataíde Jr.

© Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

n. 1 (jul./ago. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004

Bimestral.

n. 128 (set./out. 2025)

Coordenador-Geral: Flávio Tartuce. Coordenadores: Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)

CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20

Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* chega ao número 128 e novamente traz importantes assuntos para estudo e debate, tanto do ponto de vista prático, quanto teórico, com destaque para o debate sobre a situação jurídica dos animais, tendo como pano de fundo o Projeto de Reforma do Código Civil (PL nº 4/2025), em trâmite no Senado Federal.

Assim, abrimos este volume com o texto do Desembargador e Professor no Estado de Sergipe João Hora Neto que versa sobre *Antinomias do Direito Animal na Reforma do Código Civil*. O jurista analisa o direito animal à luz do Código Civil em vigor, que é classificado como bem móvel (art. 82) e também os dispositivos do anteprojeto da reforma (arts. 91-A, §§ 1º e 2º, 19 e 1.563, § 3º – PL nº 4/2025), apontando, em sua visão, algumas antinomias entre as normas. Sugere, assim, que se mantenha o regime de bens móveis já previsto no Código Civil, com o acréscimo de que cães e gatos são seres sencientes.

Em contraponto, o artigo *Direito Animal como Doutrina Sentimental? Um Convite à Reflexão Sobre um Paradigma em Crise*, do Magistrado Federal e Professor no Estado do Paraná Vicente de Paula Ataíde Jr., rebate as principais objeções formuladas pela doutrina, tanto ao direito animal em si, quanto à sua presença na Reforma do Código Civil, caracterizando-as como elementos de um modelo em crise, no sentido de ser o animal apenas uma coisa, qual vem transitando para um novo paradigma, a do animal como sujeito de direitos.

Seguindo, a coordenadora desta revista, Professora Fernanda Tartuce, ao lado de Rosa Galvão, colaboram com a edição com o texto intitulado *Negociação, Mediação Extrajudicial e Arbitragem: Diferenças, Semelhanças e Critérios para a Escolha do Método em Conflitos Organizacionais*. Ressaltam que os meios extrajudiciais como solução de conflitos vêm ganhando evidência como alternativas à litigância tradicional. Exploram as diferenças, semelhanças, benefícios e efeitos dessas práticas, e analisam a aplicação de critérios para a escolha do método extrajudicial mais adequado a cada tipo de disputa nos conflitos empresariais.

O artigo *Litígios Envolvendo a Fazenda Pública: Prevenção e Desjudicialização com o Uso do Termo de Ajuste de Conduta como MESCSui Generis* é o ensaio de Rogério Luiz dos Santos Terra e Daniel Dias Peres. O texto, produzido no âmbito do programa de mestrado da Escola Paulista de Direito, destaca que, se utilizado com rigor técnico, motivação idônea, transparência e adequado controle institucional, o TAC pode se consolidar como instrumento legítimo de desjudicialização e de fortalecimento da boa governança administrativa.

A revista segue com o artigo *O Superendividamento do Consumidor e os Desafios à Justiça Social*, de Daniel Corrêa Marinho e Fernando Moreira Freitas da Silva. Os autores objetivam analisar o fenômeno do superendividamento a partir do direito ao desenvolvimento, dos direitos humanos e da justiça social, perquirindo como conciliar a liberdade contratual com a necessidade de intervenção estatal para a proteção ao consumidor.

O texto de Ana Maria Scarduelli de Almeida, Antonio Carlos Freitas de Medeiros Junior e Carlos Renato Cunha aborda a *Organização das Serventias Extrajudiciais no Brasil sob a Compreensão da Teoria Burocrática de Max Weber*. Os autores propõem-se a demonstrar como a forma burocrática de organização das instituições privadas e públicas está presente na legislação e na estrutura das serventias extrajudiciais, cooperando no aperfeiçoamento qualitativo dos serviços prestados.

O *Termo de Consentimento Informado como Estratégia de Prevenção de Conflitos na Odontologia: Aspectos Jurídicos e a Problemática do Blanket Consent* é o estudo apresentado por André Antunes Soares de Camargo e Juliana Mucci Arroyo Maia, apontando de que forma o termo de consentimento informado pode ser utilizado na prevenção de conflitos na prática odontológica. Produzido na Escola Paulista de Direito, no seu programa de mestrado, os autores partem do entendimento de que sua adequada formalização, por meio de um documento claro, individualizado e completo, é fundamental para garantir a autonomia do paciente e trazer segurança jurídica ao cirurgião-dentista.

Chegamos ao fim da edição com o escrito de Denise Beatriz Fernandes Oliveira e Aloisio Bolwerk, intitulado *Considerações Sobre o Processo Estrutural à Luz do Código de Processo Civil de 2015*. O estudo explora as características do processo estrutural, seus desafios e suas contribuições para a implementação de políticas públicas.

Espera-se, portanto, que mais esse volume da *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate dos temas correlatos, como uma das mais importantes publicações científicas de nosso País.

Boa leitura! Bons estudos! Boas reflexões!

É o que eu sempre desejo.

Flávio Tartuce

Coordenador-Geral da Revista

Sumário

Doutrina

1. Antinomias do Direito Animal na Reforma do Código Civil <i>João Hora Neto</i>	7
2. Direito Animal como Doutrina Sentimental? Um Convite à Reflexão Sobre um Paradigma em Crise <i>Vicente de Paula Ataíde Jr.</i>	25
3. Negociação, Mediação Extrajudicial e Arbitragem: Diferenças, Semelhanças e Critérios para a Escolha do Método em Conflitos Organizacionais <i>Fernanda Tartuce e Rosa Galvão</i>	71
4. Litígios Envolvendo a Fazenda Pública: Prevenção e Desjudicialização com o Uso do Termo de Ajuste de Conduta como MESC <i>Sui Generis</i> <i>Rogério Luiz dos Santos Terra e Daniel Dias Peres</i>	90
5. O Superendividamento do Consumidor e os Desafios à Justiça Social <i>Daniel Corrêa Marinho e Fernando Moreira Freitas da Silva</i>	117
6. Da Organização das Serventias Extrajudiciais no Brasil sob a Compreensão da Teoria Burocrática de Max Weber <i>Ana Maria Scarduelli Gurgel, Antonio Carlos Freitas de Medeiros Junior e Carlos Renato Cunha</i>	133
7. O Termo de Consentimento Informado como Estratégia de Prevenção de Conflitos na Odontologia: Aspectos Jurídicos e a Problemática do <i>Blanket Consent</i> <i>André Antunes Soares de Camargo e Juliana Mucci Arroyo Maia</i>	151
8. Considerações Sobre o Processo Estrutural à Luz do Código de Processo Civil de 2015 <i>Denise Beatriz Fernandes Oliveira e Aloisio Bolwerk</i>	172
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189